

O movimento das Quebradeiras de Coco na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre redistribuição e reconhecimento

HARELI FERNANDA GARCIA CECCHIN¹, ALEX PIZZIO DA SILVA²

Introdução

Atualmente, muito se fala que as mulheres estão mais empoderadas, ocupando mais espaços na sociedade, e nas representações políticas. Entretanto, percebe-se que elas ainda que não desfrutam das mesmas condições que os homens. Faz-se necessário compreender o papel exercido pelas mulheres e investigando a forma como elas estão inseridas no território (MIRANDA; SANTOS, 2014), uma vez que, a falta de investimentos em políticas de desenvolvimento regional gera impactos diferentes para a população. O que se observa é que uma pluralidade de grupos de vivenciam de maneira distinta as consequências das políticas de desenvolvimento empreendidas nos territórios.

Tendo-se esse cenário como pano de fundo, pretendemos, neste artigo, realizar uma reflexão acerca da Região Norte do país, tão cheio de mitos e contradições. Trata-se de um dos territórios que mais carece de investimentos governamentais, e que ainda assim permanece, em muitos aspectos, desconhecido, tanto pelo Estado, como pelos pesquisadores, e seus habitantes (SANTOS; RATTIS, 2011). Um contexto que traz grandes desafios para todos, sobretudo para as mulheres, pois elas enfrentam mais obstáculos para participar da esfera política, recebem salários desiguais e são as mais atingidas pela pobreza (MIRANDA; BARROSO, 2012).

Para dar conta dos objetivos deste trabalho realizamos um estudo sobre o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB na microrregião do Bico do Papagaio, Estado do Tocantins. Caracterizada como uma região com baixo IDH e grandes conflitos agrários por conta da extração do coco babaçu, fonte de subsistência de muitas famílias. Por conta dessa situação, nos anos 80 iniciou-se um movimento social em defesa

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), graduação em Psicologia (CEULP/Ulbra), pós-graduação em Gestão Pública (UFT), mestranda em Desenvolvimento Regional (UFT).

² Universidade Federal do Tocantins (UFT), graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais (UNISINOS).

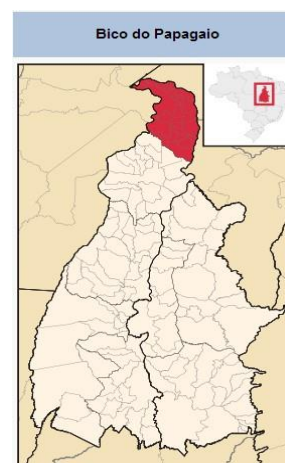
dos babaquais e da coleta do coco babaçu. Ainda que este seja um assunto muito discutido no campo científico (SANTOS; RATTS, 2011), é importante perceber a visibilidade que elas tiveram e como dinamizaram e fortaleceram os movimentos de mulheres no Tocantins.

O presente artigo visa analisar esse Movimento das Quebradeiras de Coco, compreendendo como as mulheres da região se organizaram historicamente, discutindo os diferentes aspectos desse movimento social a partir da perspectiva Nancy Fraser. Acredita-se que este estudo se faz importante na medida em destaca o movimento das quebradeiras de coco sob a teoria da justiça social, lançando um novo olhar sobre a Região do Bico do Papagaio, em geral vista como área de conflito, buscando compreender a construção de identidades coletivas. Partiu-se das seguintes problematizações: como se estruturou este movimento social? Qual sua condição atual? Como o movimento pode ser analisado a luz da teoria de Nancy Fraser?

Trata-se de uma história que traz em si possibilidades de discussão de gênero, de classe social e de raça (elementos simbólicos). Rocha (2006) se atém a questão histórica, Santos e Ratts (2011) privilegiam a questão geográfica. Já as autoras Miranda e Santos (2014) não abordam a questão do movimento social, mas a região do Bico do Papagaio como um todo do ponto de vista do desenvolvimento e as atuais lideranças femininas. A partir da contribuição dessas pesquisas, este trabalho se divide em duas partes. A primeira faz um levantamento histórico do movimento, dos anos 80 até os dias atuais. E a segunda discute a teoria de Nancy Fraser (conceitos de redistribuição e reconhecimento, remédios afirmativos e transformativos) com os aspectos do Movimento das Quebradeiras de Coco.

A região Bico do Papagaio e as mulheres quebradeiras de coco babaçu

O estado do Tocantins, na região norte do país, é dividido em 8 microregiões pelo IBGE. Uma delas, a **Microregião do Bico do Papagaio**, situa-se no extremo norte, na mesorregião ocidental do estado e ocupa uma área total de 15.767,856 km², contando com uma população de 196.367 habitantes (IBGE, 2010). A região é formada por 25 municípios.



A maior parte dos municípios possui uma população pequena, devido ao processo de migração de camponeses e assentados de suas terras para as vilas próximas nas últimas décadas, transformando-as em município (MIRANDA; SANTOS, 2014). A única exceção é Araguatins, com mais de 30 mil habitantes, onde a maioria vive na zona urbana (IBGE, 2010). Esta microrregião é uma das mais pobres do estado, com escassas condições de acesso a serviços, um IDH médio de 0,62 e uma população rural de mais de 33% (BRASIL, 2014).

Além da grande diversidade, a região também chama a atenção por ser uma área que faz divisa com os outros estados, como o Maranhão e o Pará. Trata-se de uma situação de fronteira com uma questão fundiária importante (SANTOS; RATTS, 2011). A região esteve marcada pela Guerrilha do Araguaia e por acirrados conflitos de terra no período de 1970 a 1990 onde trabalhadores rurais, fazendeiros, investidores e pequenos agricultores disputaram o controle da terra e dos recursos naturais (ROCHA, 2006; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2012), com episódios de grilagem de terras (SANTOS; RATTS, 2011). Conflitos que aconteceram porque desde os anos 60, o governo incentivou a implantação de grandes projetos agropecuários (ROCHA, 2006; SANTOS; RATTS, 2011), sem considerar a realidade sócio-cultural da população local. Além disso, as terras da região começaram a ser valorizadas comercialmente devido à proximidade da rodovia recém-instalada (BR-153) e o acesso aos mercados consumidores.

Parente (2012) alerta para o fato de que os discursos desenvolvimentistas difundidos por grandes projetos em geral tendem a não contemplar as mulheres e suas diferentes demandas.

Nesse cenário, surge o **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)**, na década de 1980, em defesa dos babaçuais e da posse da terra. Teve como protagonistas as mulheres, que começaram a se reunir em clubes de mães e reuniões das mulheres das comunidades rurais, porque a participação feminina em sindicatos era proibida na época (BOLONHÊS, SILVEIRA, ABREU, 2013). Essas mulheres lutavam contra o impedimento dos proprietários de terras que proibiam ou dificultavam a atividade de coleta e de quebra do coco, cercando as palmeiras que estavam em suas terras ou derrubando as mesmas (ROCHA, 2006).

As ameaças dos fazendeiros e o impedimento ao trabalho de coleta do coco das mulheres desencadearam uma reação, com estratégias de organização e mobilização para a defesa de seus interesses, numa luta das mulheres contra as queimadas e grandes

empreendimentos, pelo respeito a sua cultura, quebra do ciclo de pobreza e reconhecimento e fortalecimento da identidade. Segundo Rocha (2006), o movimento articulou seis (06) regiões: Médio Mearim, Baixada, Tocantina (Imperatriz e municípios vizinhos, no estado do Maranhão), Bico do Papagaio, (no estado do Tocantins), Palestina, (no estado do Pará) e Esperantina (no estado do Piauí). Neste artigo, vamos considerar o movimento que se deu na região do Bico do Papagaio.

Nessas comunidades, o coco é visto como um recurso natural que deve estar disponível ao usufruto comum. Segundo as mulheres, ele não é uma mercadoria, e não pertence ao dono da terra, porque ele não plantou nenhuma palmeira (ROCHA, 2012). Daí o conflito, pois com a proibição, estas mulheres entendiam que estavam sendo privadas de um bem comum. Além disso, a atividade extrativista de venda da amêndoa do coco contribuía para o sustento das famílias. Logo, sua proibição ameaçava sua a subsistência e a da família.

O movimento criou o termo ‘babaçu livre’ que definia a luta para que o babaçu não fosse propriedade de ninguém, garantindo de pleno acesso das trabalhadoras extrativistas aos babaçuais, sem interdições (ROCHA, 2012). Com o tempo, o termo tornou-se a bandeira do movimento e a logomarca dos produtos, a amêndoa e o óleo bruto para fins na exportação (PIZZIO, SANTOS, 2013).

A questão acentuou-se com a morte do padre Josimo¹, em 1986, oportunidade em que a questão ganhou repercussão internacional, ampliando as possibilidades de denúncia. Isto conferiu maior visibilidade ao assunto (SANTOS; RATTTS, 2011; ROCHA, 2012). Barros (2012) conta que o movimento ganhou projeção internacional porque os preços do babaçu estavam em baixa por conta da importação do óleo da Malásia, levando as mulheres a discutir a necessidade de uma política federal que garantisse os preços da amêndoa e do óleo.

O movimento também lutava pela defesa e preservação dos babaçuais. Para estes povos, a palmeira tem um significado não apenas econômico, mas também simbólico. Ela é vista como mãe, que sustenta os filhos e está presente na hora da necessidade, devendo ser respeitada (ROCHA, 2012).

Com o tempo houve o apoio também dos homens, tornando-se uma questão não só econômica, mas também política (ROCHA, 2012). Santos e Ratts (2011) discordam um

¹ O padre Josimo Moraes Tavares nasceu em Marabá em 1953. Atuou como um sacerdote, coordenando a Comissão Pastoral da Terra na Igreja Católica. Devido ao seu trabalho de defesa dos trabalhadores rurais foi assassinado a mando de fazendeiros da microrregião do Bico do Papagaio. Para mais informações, consultar: ALDIGHERI, Mário. **Josimo: a terra, a vida**. São Paulo: Loyola, 1993.

pouco, afirmando que o movimento surgiu não para as mulheres, mas só com mulheres. Ele aconteceu pelo fato delas passarem mais tempo nos acampamentos, e, conseqüentemente, ter mais tempo para se organizarem. Vale destacar que atualmente o movimento é predominantemente feminino, e os homens participam apenas das danças e celebrações religiosas (CERRACATINGA, 2014).

Na luta, muitas mulheres assumiram papéis até então tidos como masculinos (ROCHA, 2012), reivindicam a terra e equidade social sobre ela (SANTOS; RATTTS, 2011), aumentando a visibilidade feminina (ROCHA, 2006). Rocha (2012) explica que a luta trouxe algumas conquistas, entre elas a criação de várias leis municipais que asseguram o livre acesso e o uso comum das famílias que sobrevivem dessa atividade extrativa, além da proibição do uso de agrotóxicos e da derrubada e queimada de palmeiras. A autora salienta que na “Constituição Estadual do Maranhão, a exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária é assegurada nas terras públicas e devolutas” (ROCHA, 2012, p.16) e aconteceu a criação de leis municipais em alguns municípios maranhenses também. No entanto, Hagino (2007: 19) afirma que “a lei de livre acesso aos babaçuais não possui eficácia social”.

Em nível Federal, foi criado em 1999 o Grupo de Trabalho Babaçu, sendo compostos por representantes do Ministério do Meio Ambiente, do MIQCB e por outras organizações da sociedade civil (ROCHA, 2012). Ou seja, trata-se de um espaço de discussão política onde as mulheres podem influenciar nas decisões a favor da comunidade, trazendo um contraponto aos discursos desenvolvimentistas difundidos por grandes projetos, que em geral tendem a não contemplar as mulheres e suas diferentes demandas (PARENTE, 2012).

Devido ao movimento unir os interesses diversos em prol do direito inalienável do espaço para mulheres e homens, quanto a equidade de direitos e deveres (SANTOS; RATTTS, 2011), ele se expandiu e se multiplicou. Atualmente existem cooperativas de pequenos produtores rurais e associações comunitárias na região do Bico do Papagaio, as únicas forças locais que tem conseguido minimizar os impactos ambientais que a Amazônia vem sofrendo ao longo dos anos (SANTOS; RATTTS, 2011).

Apesar da forte liderança feminina, Miranda e Santos (2014) comentam que o atual modelo de desenvolvimento dos municípios, voltado para o crescimento econômico e o incentivo a agricultura e pecuária em larga escala, não leva em consideração as questões de gênero. Percebe-se que os conflitos na Região do Bico do Papagaio não estão datados. Eles

continuam, talvez agora mais especializados, como sugere Santos e Ratts (2011), visto que eles vão se intensificando com outras roupagens.

Ainda que comunidade tenha construído uma identidade coletiva e as mulheres reconhecido sua posição e condição desvalorizada pela lógica da dominação (ROCHA, 2012), a igualdade de condições não se estabeleceu no território. São conflitos não somente de da violência física (dos corpos), mas, e muito mais, de resistência quanto ao pertencimento (SANTOS; RATTTS, 2011).

Discutindo o movimento das quebradeiras de coco sob o ponto de vista de Nancy Fraser

Os estudos de gênero na região amazônica usam o termo mulheres, no plural, pois se entende que existem diferentes mulheres: quebradeiras de coco, pescadoras, indígenas, ribeirinhas, e outras (SANTOS, RATTTS, 2011). Sob essa perspectiva, o movimento das quebradeiras de coco na região do Bico do Papagaio tem uma relação com o movimento feminista da segunda onda, no que tange ao fato de que este último se voltou para a questão das identidades, sobretudo com os estudos de Nancy Fraser, e começou a se difundir em estados emergentes, como o Brasil.

Nancy Fraser é uma filósofa e importante feminista, seus estudos se tornaram conhecidos a partir de 1990, época em que a autora trouxe uma mudança de paradigma para a ideia de justiça. Para ela, a justiça é um conceito que deve ser entendido por três dimensões inter-relacionadas, irreduzíveis entre si e separadas apenas analiticamente: redistribuição, reconhecimento e representação. O reconhecimento social tem uma dimensão cultural, a redistribuição igualitária uma dimensão econômica e a representação paritária uma dimensão política (FRASER, 2008).

A justiça social, no século XXI exige tanto redistribuição como reconhecimento, que são categorias irreduzíveis, embora apontem para lógicas opostas. Uma sustenta a outra, ainda que surjam dilemas políticos quando se tenta combater os dois ao mesmo tempo (FRASER, 2007a).

Mas porque se utilizar de uma teoria feminista para entender o movimento das quebradeiras de coco na região do Bico do Papagaio? Ele pode ser considerado um movimento feminista? As bibliografias encontradas sobre o tema não afirmam que as mulheres discutem as questões de gênero. Mas é sabido que o movimento trouxe

empoderamento para elas enquanto mulher, na esfera política, pois houve maior participação de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, com direito à voz e voto (LISBOA, 2008). E também empoderamento comunitário, dado que este acontece quando as mulheres compreendem a potencialidade das suas ações coletivas, organizam-se socialmente, conseguem que suas demandas sejam ouvidas e se posicionam em uma situação de liderança para lutar pela obtenção de recursos para a melhoria de sua comunidade (ZAPATA-MARTELO et. al., 2004).

Isto pode ser observado na atitude de muitas mulheres, que assumiram papéis até então tido como masculinos, como enfrentar pistoleiros e participar de reuniões com autoridades, contando também com o apoio dos homens (ROCHA, 2012). Elas reivindicam mais do que a terra, mas uma equidade social sobre ela (SANTOS; RATTS, 2011), o que culminou para o aumento da visibilidade feminina na região (ROCHA, 2006).

É importante perceber que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB), que surge na década de 1980 emerge, na mesma época que outros movimentos sociais no país, como o Movimento dos Sem Terra (MST), aumentando o número de sindicatos no campo, ligados aos trabalhadores rurais, que discutiam a ocupação do espaço, questionando quem ocupa e porque o faz (SANTOS; RATTS, 2011).

Se levarmos em conta toda a história do movimento, podemos classificar a quebradeira de coco babaçu como uma coletividade bivalente, que para Fraser (2006) são grupos oprimidos ou subordinados, que sofrem injustiças que demandam redistribuição e reconhecimento, ou seja, relacionadas à economia política e à cultura, a má distribuição socioeconômica e a desconsideração cultural. Nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas ambas são primárias e co-originais. Essa conceituação se aplica ao movimento das quebradeiras de coco, porque se trata de uma categoria que afirma uma existência coletiva, e mobiliza-se em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica (ROCHA, 2012), devido ao trabalho extrativo do babaçu ser a sua principal atividade de subsistência.

Todos os movimentos sociais ligados ao gênero são um modo bivalente de coletividade, porque contém uma face de economia política, e outra cultural valorativa, que se entrelaçam e se reforçam entre si. Isto acontece porque

as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a “voz” das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas

públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Para compensar a injustiça de gênero, portanto, é preciso mudar a economia política e a cultura (FRASER, 2006: 234-235).

Para melhor compreensão, é preciso abordar separadamente redistribuição e reconhecimento. A **redistribuição** está ligada a injustiça econômica, com uma ligação íntima ao mundo do trabalho, expressando-se em três modalidades: exploração, marginalização econômica e privação:

- Exploração – ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros (FRASER, 2006). Esta situação acontece quando os fazendeiros começaram a cobrar pelos cocos extraídos em suas terras, diminuindo o acesso das mulheres ao fruto do seu próprio trabalho, fato que é descrito no trabalho de Rocha (2006).
- Marginalização econômica – “ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerado” (FRASER, 2006, p.232). Até os dias atuais na região muitas mulheres ainda não têm acesso a trabalho remunerado. Sobretudo devido ao fato da ausência de políticas de desenvolvimento voltada para este público (MIRANDA; SANTOS, 2014).
- Privação – não ter acesso a um padrão de vida material adequado (FRASER, 2006). Esta é uma consequência da situação anterior e acontece atualmente, pois no Bico do Papagaio muitas mulheres e famílias ainda não tem acesso um padrão de vida adequado, que permita oferecer uma vida digna para ela e suas famílias, haja vista que muitos municípios apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (MIRANDA; SANTOS, 2014). É importante salientar que a luta do movimento, no início voltada para o direito à terra e ao babaçu, se tornou uma batalha pela qualidade de vida da mulher no campo (BOLONHÊS, SILVEIRA, ABREU, 2013).

Já o **reconhecimento** está ligado à injustiça cultural ou simbólica, e envolve avaliações de valor das práticas culturais, características e identidades, dependendo de um horizonte de valor historicamente construído (FRASER, 2007b). Três aspectos estão ligados ao reconhecimento: dominação cultural, ocultamento e desrespeito. É possível observar estas situações quanto as mulheres extrativistas:

- Dominação cultural – ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e as vezes até hostis à sua própria cultura

(FRASER, 2006). Houve uma hostilidade muito grande a cultura extrativista da região por parte dos fazendeiros, que, apesar de não se utilizar do coco babaçu, não respeitavam nem valorizavam a cultura de coleta dos frutos, como apontado por Rocha (2006).

- Ocultamento – tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura (FRASER, 2006). O ocultamento se aplica as quebradeiras de coco, porque antes do movimento, elas eram invisíveis para as autoridades e para as políticas públicas (SANTOS; RATTIS, 2011).
- Desrespeito – ser difamado ou desqualificado habitualmente nas representações culturais públicas e/ou nas interações cotidianas (FRASER, 2006). Também o desrespeito se aplica, porque as mulheres não eram respeitadas pelos fazendeiros, sendo ameaçadas, tendo as alças de seus cestos cortadas, entre outros (ROCHA, 2006).

Percebe-se que o Movimento das Quebradeiras de Coco na região do Bico do Papagaio tentou combater a redistribuição e o reconhecimento, a partir da luta das mulheres. Pode ser que seu lado mais forte tenha sido a luta por reconhecimento, porque tenta chamar a atenção para a presumida especificidade de algum e afirmar seu valor, promovendo a diferenciação do grupo (FRASER, 2006).

O movimento funcionou como um instrumento de legitimação de uma identidade coletiva, fazendo frente à violação do direito de o acesso aos babaçuais (ROCHA, 2012). A autora conta que as mulheres se transformam em sujeito político coletivo, ao se recusar serem consideradas partes do mundo natural, assumindo novos papéis e se inserindo em uma rede de relações que envolvem diferentes atores sociais, como gestores, latifundiários e imprensa.

Elas viviam a desvalorização da mulher, com diversos tipos de violência que faziam com que elas parecessem inferiores, o que contribuía para mantê-las em desvantagem, excluindo-as das esferas públicas, negando direitos legais e proteções igualitárias, situação destacada por Fraser (2006) quanto a motivação dos diversos movimentos feministas. As mulheres do Bico do Papagaio, além de sofrer a violência de gênero, sofriam violência, no seu local de trabalho. Será que se fossem os homens a extrair o babaçu, a situação seria a mesma? Ou não?

De acordo com o a história do movimento, no início as quebradeiras de coco não participavam das esferas públicas, mas atualmente elas o fazem. Miranda e Santos (2014) apontam que a liderança feminina neste território aumentou, pois há municípios em que mulheres ocupam os cargos de presidência em instituições como sindicatos e associações. Além disso, elas conseguiram mudar parte da economia política, com o Estado defendendo a extração de babaçu por meio de leis e da criação de grupos de estudo (ROCHA, 2012).

Para corrigir ou exterminar a injustiça, Fraser (2006) comenta que há dois tipos de remédios: os afirmativos e os transformativos. Os primeiros tendem a corrigir a desigualdade de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os concebe. Já os transformativos, buscam corrigir efeitos desiguais por meio da remodelação da estrutura que as sustenta. As atuais conquistas do movimento das quebradeiras de coco, ainda que sejam muitas, não abalam a estrutura subjacente.

Os remédios afirmativos conseguem a revalorização de uma a identidade grupal anteriormente desvalorizada, mas deixam intacto o conteúdo dessa identidade e a diferenciação grupal que diz respeito a estrutura que a sustenta subjacentes a elas (FRASER, 2006). Em geral, a construção social da identidade ocorre em contextos marcados por relações de poder, podendo assumir a forma de identidade de resistência daqueles que estão sendo dominados ou a de identidade de projeto coletivo, quando os atores sociais, utilizam-se do material cultural disponível para construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade (Castells, 2000). No contexto das quebradeiras de coco, podemos perceber de acordo com os escritos de Rocha (2012), que se trata de um misto das duas formas, com a construção de uma identidade política, que se torna reconhecida pelos aparelhos de poder, emprestando significado político a esta categoria. E de uma identidade coletiva, pois estas mulheres não se afirmam agricultoras rurais, mas quebradeiras de coco Babaçu (BOLONHÊS, SILVEIRA, ABREU, 2013).

Houve uma conquista no campo da identidade, pois ser quebradeira era vergonhoso, era uma condição dos mais despossuídos. Com o movimento, as mulheres deixaram de ter vergonha. Rocha (2012) cita o relato de uma extrativista que afirmava ser quebradeira era um trabalho tão merecedor de respeito como qualquer outro. Para Santos e Ratts (2011) ainda que exista um grande esforço de forjar uma identidade única dos povos amazônicos, e a Região do Bico do Papagaio está aí inserida, as resistências locais tendem a tornar isso difícil, trazendo um conjunto de significados e significações próprio.

Apesar das conquistas das mulheres, para se adotar uma medida transformativa, seria necessário desestabilizar as identidades e diferenciações grupais existentes, não apenas elevando a auto-estima dos membros do grupo desrespeitado, mas transformando o sentido do eu de todos (FRASER, 2006). Vale lembrar que o movimento não consegue romper com as questões de gênero, pois mantém a divisão sexual do trabalho dos camponeses (ROCHA, 2012).

Pensar em desestabilizar identidades fixas, poderia abrir espaço para futuros reagrupamentos, dependendo da maturação do movimento social. O Estado nessa localidade buscado compensar a má distribuição de renda, aumentando os benefícios dos grupos economicamente desprivilegiados, como os programas de transferência de renda e outros, sem, no entanto, reestruturar o sistema de produção, algo já previsto por Fraser (2006).

Para além dos benefícios concedidos pelo Estado, a situação demanda remédios transformativos, que tendem a reduzir a desigualdade social, mas sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial (FRASER, 2006). No caso das mulheres da região, elas não devem ser vistas como receptoras passivas de ajuda por parte do Estado, nem como recursos sem valor econômico ou reconhecimento político a serem usados, mas como promotoras de dinâmicas de transformação (LISBOA, 2008). Isso é importante porque políticas macroeconômicas voltadas para o desenvolvimento tendem a criar reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento, evitando o protesto de menosprezo por parte das outras classes sociais. Dessa forma, as ações para compensar injustiças de distribuição poderiam ter um efeito nas injustiças de reconhecimento.

Apesar da íntima relação entre redistribuição e reconhecimento, todas as soluções devem ser pesadas quanto ao seu efeito adverso, pois “enquanto os remédios afirmativos podem ter o efeito perverso de promover a diferenciação de classe, os remédios transformativos tendem a embaçá-la” (FRASER, 2006, p. 239).

A autora não fornece o melhor meio de reformular o dilema da redistribuição-reconhecimento, mas adverte que em tempos de globalização, faz-se necessário pensar as forças transnacionais. Muitos processos sociais que influenciam a vida cotidiana transbordam os Estados territoriais e isso faz com que o Estado territorial moderno não seja a melhor unidade para se pensar a justiça (FRASER, 2008). Ainda que a questão das quebradeiras de coco no Tocantins pareça uma questão isolada, basta se atentar que ela começou por conta da

importação de óleo da Malásia, que baixou o preço do óleo de babaçu (BARROS, 2012) e para o fato de que o óleo de babaçu é exportado até os dias atuais, conectando-se a questão a dimensões internacionais. Desse modo, discutir questões globais e como elas afetam realidades locais, também pode levar a uma desestabilização nas estruturas em que se assentam as reivindicações políticas, mudando a forma de se discutir justiça social.

Essa discussão, para que seja democrática, deverá ser pautada por um terceiro remédio, a paridade de participação; pois a justiça requer que os membros da sociedade interajam entre si como pares, com condições econômicas e culturais não desiguais (FRASER, 2001). Econômicas no sentido de recursos materiais que garantam condições de participação, independência e voz. E culturais no sentido do respeito e consideração social por todos os participantes, determinados não só por atitudes, mas por padrões institucionalizados. Contexto ainda longe de ser alcançado, pois, segundo Pizzio e Santos (2013) há uma dificuldade de acesso e compreensão das informações disponibilizadas pelos agentes públicos nessa região, dadas as condições de escolaridades da maioria dos indivíduos, dificultando a igualdade na tomada de decisões, ainda que haja a presença destes nas arenas decisórias.

Considerações Finais

O artigo se propôs a analisar o Movimento das Quebradeiras de Coco na microrregião do Bico do Papagaio, estado do Tocantins. Percebe-se que, apesar de se tratar de um movimento feminista, com inúmeras conquistas, ele não conseguiu romper com a divisão sexual do trabalho.

Sob a perspectiva Nancy Fraser, trata-se de uma coletividade bivalente, com demandas por redistribuição e reconhecimento, de ordem econômica política e cultural. Observa-se uma luta por legitimar uma identidade coletiva, com diversas aquisições, como criação de leis municipais e estaduais, criação de sindicatos, ocupação de cargos de liderança, visibilidade política, entre outros.

No entanto, ao se analisar as possibilidades apontadas por Fraser, mencionadas por ela como remédios afirmativos e remédios transformativos, percebe-se que o Estado forneceu o primeiro deles, sobretudo se considerar-se os programas de transferência de renda. O movimento ainda não conseguiu mudanças transformativas, que alteram a ordem existente.

Apesar das políticas nacionais para a Amazônia discutirem a questão da mulher, a consolidação dessas discussões é difícil (SANTOS; RATTTS, 2011).

Os remédios transformativos demandam paridade participativa, com condições materiais e culturais na participação nas instâncias decisórias. E a consideração das forças transnacionais, pois os diferentes aspectos envolvidos relacionam-se com um todo maior, o cenário mundial, globalizado. Todas essas considerações apontam para uma nova forma de discutir a justiça social.

É importante observar que os estudos consultados sobre a história das quebradeiras de coco não mencionam a questão racial, ainda que a região do Bico do Papagaio seja de povoamento antigo, com presença de descendentes de escravos e populações indígenas desde tempos remotos (ROCHA, 2012). Fraser (2006) chama a atenção para a divisão do trabalho remunerado, onde os negros ficam com as ocupações enfadonhas, de baixa remuneração e baixo status. Para estudos futuros, sugere-se observar qual a etnia da maioria das mulheres extrativistas, visto que elas desempenham um trabalho de baixo status, informal e altamente precarizado, geralmente delegado a etnias com status inferior socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Valderiza. Projetos de Desenvolvimento e Quebradeiras de Coco Babaçu. **Anais do I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/sedres/article/view/3865>> Acesso em 27 ago. 2014.

BOLONHÊS, Alice Cristófar, OLIVEIRAS, Pedro Sonogo de; ABREU, Kate Dayana. **Relatório de Pesquisa** – Projeto Conexão Local “Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco”. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/movimento_interestadual_das_quebradeiras_de_coco_babacu.pdf> Acesso em 9 jun. 2015.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERRACATINGA. Quebradeiras de coco babaçu. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN). Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/populacoes/quebradeiras/>>. Acesso em 7 set. 2014.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós-socialista. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>> Acesso em 5 set. 2014

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.15, v.2, p.240, maio-agosto, 2007a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2007000200002> Acesso em 2 set. 2014

_____. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, n.70, p.101-138, 2007b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>> Acesso em 7 set. 2014

_____. **Escalas de justicia**. Trad. Antoni Martínez Riu. Barcelona: Heder editorial, 2008.

HAGINO, Cora Hisae Monteiro da Silva. Quebradeiras de coco babaçu: identidade, conflito sócio-ambiental e subsistência. **Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS**, CAXAMBU – MG, 2007. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3055&Itemid=231> Acesso em 5 set. 2014.

IBGE. Censo 2010 – Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php>> Acesso em 15 set. 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Anais do Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder**, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/6-empoderamentoteresa_kleba_lisboa_11.pdf> Acesso em 3 ago. 2014.

MAGALHÃES, Keile Aparecida Beraldo; RODRIGUES, Waldecy. Avaliação da efetividade do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Território Rural do Bico do Papagaio - TO. **Relatório de Pesquisa**: Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra022.pdf>> Acesso em 20 ago. 2014

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. **Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**, João Pessoa, 2012. Disponível em:
<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/45/190>>
Acesso em 8 set. 2014

MIRANDA, Cynthia Mara; SANTOS, Gleys Ially Ramos dos. Mulheres do Bico do Papagaio: questões de gênero e desenvolvimento regional nos municípios de São Miguel e Arixá. **Revista Eletrônica Mutações**, agosto – dezembro, 2014. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/720>> Acesso em 18 ago. 2014.

PARENTE, Temis Gomes. Desenvolvimento Regional na perspectiva de gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 269-284, dez. 2012. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/15015/11209>>. Acesso em 22 ago. 2014.

PIZZIO, Alex; SANTOS, Lucélia Neves. Princípio de paridade participativa, reconhecimento e desigualdade social em Território Rural no Bico do Papagaio (TO). **Novos Cadernos Navea**, v. 16, n. 1, Suplemento, p. 261-280, jun. 2013. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/1326>>. Acesso em 4 set. 2014

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. A Luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, pela libertação do coco preso e pela posse da terra. **Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Quito, 2006. Disponível em: <www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/05-GT-Maria-ReginaTeixeira-da-Rocha.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=BR> Acesso em 4 set. 2014.

SANTOS, Gleys Ially Ramos dos; RATTIS, Alex. Mulheres, Territorialidades e Conflitos: gênero na fronteira Cerrado/Amazônia. **Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3173>> Acesso em 22 ago. 2014.

ZAPATA-MARTELO, Emma; ZAVALA, Josefina López; HERNÁNDEZ, Miriam; BUENO, Laura Garza; MORENO, Pedro Pablo Ramírez; ÁVILA, María Isabel Ramos; EMBA, Camelia Reyes. **Microfinanzas y empoderamiento de mujeres rurales – las cajas de ahorro y crédito en México**. México: Plaza y Valdés, 2004.